

Índice

Uma fenda demográfica chamada a fechar-se.....	1
A “invasão” dos EUA	4

Uma fenda demográfica chamada a fechar-se

Há quem denuncie a teoria “da grande substituição” como fonte inspiradora dos últimos atos de terrorismo de supremacistas brancos. De acordo com estas ideias, a raça branca estaria a ser substituída nos seus territórios tradicionais por uma imigração em massa que ameaçaria a sobrevivência da sua cultura. Mas, mais do que uma teoria, “a grande substituição” pode ser um modo de descrever um fenómeno demográfico, de proporções de momento mais modestas do que parece.

“A grande substituição” chegou aos títulos jornalísticos por causa do atentado contra duas mesquitas em Christchurch (Nova Zelândia) em 15 de março de 2019, e depois com o cometido no centro comercial de El Paso, em 3 de agosto também do ano passado, contra um público hispânico (embora, na realidade, tenha havido mais vítimas norte-americanas do que mexicanas). O autor da primeira matança, Brenton Tarrant, publicou na Internet um texto intitulado “A grande substituição”, onde expunha a sua tese da cultura ocidental assediada pela imigração muçulmana. Ao terrorista de El Paso, Patrick Crusius, branco de 21 anos, é-lhe atribuído um manifesto publicado poucas horas antes do atentado, onde declara que a comunidade hispânica passou a ser o seu alvo depois de ler o texto de Tarrant. Mas a personalidade e o nível intelectual dos autores dos atentados não permitem pensar que as suas motivações correspondam a uma ideologia coerente.

Tarrant poderá ser considerado um supremacista branco, mas no seu texto declarava que o país que mais se aproxima dos seus “valores políticos e sociais” é a China, que não parece

nem muito branco nem muito ocidental. Crusius assegura estar “simplesmente a defender o meu país de uma substituição cultural e étnica produzida por uma invasão”, mas também se insurge contra o imperialismo militar, as grandes corporações, a automatização, a degradação ambiental... Consoante se observe, pode inspirar-se também em críticos anticapitalistas e no ativismo ecologista. O mais provável é que ambos os terroristas tivessem na cabeça uma embrulhada intelectual, que não dá para uma teoria, e que o caldo de cultura dos seus atos fosse a mera presença de imigrantes nas suas comunidades.

Na busca de procurar precedentes ideológicos onde pudessem ter bebido estas ideias tóxicas, foi recordado o francês Renaud Camus, que criou o conceito no seu livro “Le Grand Remplacement”, publicado em 2012. Camus alertava aí para uma próxima substituição da população nascida na Europa por outra imigrante. Mas ele falava deste *remplacement* como quem descreve um fenómeno em curso, não como uma teoria. Em declarações aos jornalistas que o foram entrevistar a propósito do atentado de El Paso, Camus declarou: “Os autores dos massacres não fazem nenhuma referência a mim, nem sequer sabem que existo e, provavelmente, nada terão lido das minhas obras, pelo que não terão recebido qualquer influência. Se assim não fosse, não cometeriam assassinios, porque é algo diametralmente oposto a tudo o que recomendo” (“El País”, 9.8.2019). De facto, não é fácil encontrar os livros de Camus, e menos ainda no mercado inglês, onde apenas foi publicado em 2018 “You Will Not Replace Us!”, uma versão resumida das suas teses escrita por ele em inglês. Não é nada provável que estes supremacistas brancos se tenham deparado com as ideias de Renaud Camus, um homem que tem sido submetido em França ao ostracismo intelectual.

Os brancos contarão menos

As teorias são discutíveis, mas as tendências demográficas são comprováveis. Se nos fixarmos na Europa, América do Norte e Oceania, que não esgotam a população branca, mas são os continentes para onde se dirige em grande parte a imigração que preocupa, o seu número de habitantes vai diminuir como percentagem da população mundial. Segundo as estimativas demográficas publicadas pela Divisão de População da ONU, em 2017, a Europa (10 % da população mundial), América do Norte (5 %) e Oceania (1 %), representavam em conjunto 1200 milhões de pessoas (16 % da população mundial). As previsões para 2050 sugerem que a Europa (7 %), América do Norte (4 %) e Oceania (1 %) constituirão 12 % do total (uns 1193 milhões). Daí que, no conjunto mundial, os continentes “brancos” poderiam ficar com uma população estagnada ou a diminuir.

Dos países hoje desenvolvidos com um volume populacional significativo, o único onde a população continuaria a crescer seriam os EUA., alcançando os 388 milhões em 2050, mas com uma composição étnica em que contaria cada vez mais a imigração.

Pelo contrário, a população crescerá na Ásia e em África, continentes que somariam 80 % da população mundial em meados do século.

Segundo a ONU, em 2050, as populações de muitos países europeus terão diminuído. Até 2050, estima-se que as mortes venham a superar os nascimentos em 63 milhões, descida que não seria compensada com a imigração, a qual somente contribuiria com 31 milhões. Mas os movimentos migratórios não são facilmente previsíveis.

Bastante provável é que tenha havido transferências de população de regiões com abundante presença jovem e em busca de emprego, para zonas de população envelhecida e escassa natalidade que necessitam de mão-de-obra. Se atualmente a taxa de fecundidade na Europa é de 1,6 filhos por mulher e em África de 4,4, não é estranho que haja uma forte pressão migratória através do Mediterrâneo. Sem chegar a esse diferencial, também é de esperar que os habitantes da América Central, com uma taxa de fecundidade de 2,23 e empregos muitas vezes precários, procurem atravessar a fronteira com os EUA, que vive uma situação de pleno emprego e tem uma taxa de fecundidade de 1,75.

Seja como for, a conjectura “da grande substituição” tem os seus limites. Os demógrafos advertem que a imigração não resolverá a crise populacional europeia, embora o seu contributo para a natalidade seja importante.

Na UE, 2018 foi o segundo ano consecutivo em que houve mais mortes do que nascimentos. E se a população total (513 milhões) aumentou num milhão de habitantes, deve-se à imigração. Em metade dos países europeus, as mães imigrantes contribuem para aumentar a taxa de fecundidade. Mas num em cada quatro, não são suficientes para a modificar.

Em França, por exemplo, 12 % das mulheres em idade fértil são de origem imigrante e, em 2017, contribuíram para 19 % dos nascimentos. Mas, segundo um estudo (ver [“Aceprensa”, 15.7.2019](#)), em termos relativos, as imigrantes só acrescentam 0,1 para a taxa de fecundidade, que graças a elas aumenta de 1,8 para 1,9 filhos por mulher. A conclusão do estudo é que a superior taxa de fecundidade francesa não se deve tanto às mães imigrantes como às nascidas em França.

Em Espanha, os estrangeiros (de dentro e de fora da UE) constituem 10 % da população total, mas contribuem para 20 % dos nascimentos, porque a população imigrante é mais jovem e tem antes os filhos. Desde 2015, em toda a Espanha, há mais mortes do que nascimentos, e se a população se manteve em torno dos 47 milhões de habitantes, foi graças à imigração, cujo saldo positivo compensou o crescimento natural negativo. Faltam nascimentos. Há que ter em conta que, em Espanha, a média etária para ter o primeiro bebé se atrasou até aos 32 anos, enquanto que a taxa de fecundidade está em 1,31 filhos por mulher, contra uma média de 1,6 na União Europeia.

A imigração em Espanha é um balão de oxigénio populacional, mas se não mudarem as tendências demográficas atuais, os imigrantes não poderão compensar a redução populacional dos nascidos nesse país. Segundo as “Proyecciones de población 2016-2066”, do INE (Instituto Nacional de Estadística), a Espanha vai perder meio milhão de habitantes até 2031. O número de nascimentos continuará a reduzir-se nos próximos anos, sobretudo devido à diminuição do número de mulheres em idade fértil.

Em resumo, o melhor modo existente de evitar uma “grande substituição”, seria que os europeus se decidissem a ter mais filhos.

Europa: Substituição insuficiente

As estatísticas não parecem confirmar a ideia de “invasão”, embora se deva observar que já uma parte das pessoas que têm a nacionalidade – na Europa ou nos EUA – podem ter nascido no estrangeiro.

Em janeiro de 2017, havia na UE, 21,8 milhões de imigrantes de países não membros, o que equivalia a 4,3 % do total da população. As percentagens eram mais altas em países como Alemanha (6,3 %), Itália (5,8 %), Suécia (5,4 %), Espanha (5,3 %), França (4,6 %) e Eslovénia (4,6 %). E, pelo contrário, não chegavam a 1 % noutros (Polónia, Hungria, Eslováquia, Roménia).

Ao mesmo tempo, outros 16,9 milhões de habitantes da UE residiam num país diferente do seu. Em termos relativos, a soma de ambos os tipos de estrangeiros equivalia a 7,6 % da população total da então UE 28.

Na Europa de Leste, mais do que “substituição”, houve perda de população (ver “[Aceprensa](#)”, 19.3.2019). Entre 15 e 18 milhões de europeus centro-orientais “invadiram” a Europa Ocidental, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Isso levou a que, desde 2007, a Bulgária tenha perdido meio milhão de habitantes e a Roménia nada menos do que 1,6 milhões. Calcula-se que um quinto da população ativa romena trabalha hoje na Europa Ocidental. Diante da escassez de mão-de-obra que esta emigração provocou na Roménia, o vazio foi preenchido em parte com trabalhadores de fora da UE (moldavos, sérvios, ucranianos, vietnamitas, filipinos...).

Assistência para uma população envelhecida

Então, que dizer da teoria “da grande substituição”? Em termos numéricos, não convence. Se considerarmos a zona OCDE como “continente branco”, entre 2010 e 2017 teve entradas permanentes de entre 4 e 5 milhões de imigrantes por ano, incluindo as transferências entre cidadãos da zona. Em 2017, teve 5 milhões de entradas, pela primeira vez em baixa (-5 % em relação a 2016). A descida deve-se à redução significativa do número de refugiados (1,23 milhões de pedidos).

Os três primeiros países de origem são Afeganistão, Síria e Iraque, países assolados pela guerra. Se “a grande substituição” responderá a algo organizado, não parece que seja o caso, pois estas origens mostram mais a eclosão de situações caóticas.

O principal e menos chamativo canal de emigração para a OCDE continua a ser o reagrupamento familiar, que representa 40 % das entradas permanentes.

Por vezes, esquecemo-nos também de outra invasão que, longe de preocupar, é bem-vinda. De facto, os países da OCDE competem para atrair do estrangeiro profissionais que escasseiam (médicos, engenheiros, especialistas informáticos...), empreendedores com capital para investir e estudantes universitários, dos quais, em 2017, havia 3,3 milhões inscritos em universidades destes países (ver “[Aceprensa](#)”, 5.6.2019).

Os mais afetados pela imigração

A contribuição dos imigrantes para o mercado laboral será cada vez mais valorizada na Europa, tendo em conta o envelhecimento da população e a necessidade de contar com mais ativos de modo a financiar o sistema de pensões. De facto, a taxa de desemprego entre os imigrantes na zona OCDE baixou para se situar nos 9,5 % em 2017, e a taxa de atividade subiu até 67 %.

Todavia, a contribuição dos refugiados para a população ativa não se nota muito por agora. Entre 2014 e 2017, os países europeus receberam 4 milhões de novos pedidos de asilo, e 1,6 milhões obtiveram alguma proteção. Mas durante algum tempo, que podem ser dois anos, os recém-chegados devem dedicar-se a dominar a língua e adquirir competências profissionais, antes de poderem ter um emprego. Por isso, para o conjunto dos países europeus, a OCDE estima que o impacto relativo do fluxo de refugiados sobre a população ativa não ultrapassará 0,25 % até finais de 2020. Este efeito é mais importante no caso de jovens de baixa qualificação em países que acolheram muitos refugiados, como Alemanha, Áustria e Suécia. De qualquer forma, a própria experiência sueca mostra que, apesar dos cursos de formação, os refugiados não encontram facilmente emprego.

Esta dificuldade ou falta de desejo de integração laboral e social pode contribuir para criar uma reação de rejeição muito mais do que uma teoria de “supremacismo branco”. Especialmente entre as camadas sociais nacionais que vão sentir mais a presença e concorrência dos emigrantes: os que vivem nos mesmos bairros, levam os seus filhos às mesmas escolas, ou veem alargar-se as listas de espera na saúde pública; os trabalhadores menos qualificados que concorrem com os imigrantes pelos mesmos empregos ou veem que nalguns países eles vivem dos subsídios sociais sem trabalhar. Se a isso se juntar que os recém-chegados têm outro tipo de valores sociais e culturais, que os fazem aparecer como enquistados na sociedade de acolhimento, não é preciso nenhuma teoria para os ver como “invasores”.

Nesse caso, mais vale procurar soluções que enfrentem os problemas de integração e evitem um “choque de culturas”, do que condenar qualquer resistência como populismo xenófobo.

I. A.

A “invasão” dos EUA

A população branca não hispânica continua a ser a grande maioria nos EUA, embora a sua percentagem tenha vindo a diminuir.

A abundância de notícias sobre as tensões na fronteira com o México, as caravanas de migrantes centro-americanos e a própria retórica de Trump, podem abonar a ideia de que existe uma “invasão” de imigrantes nos EUA. As estatísticas são menos alarmistas, embora sejam conhecidas com um certo atraso.

No início da presidência de Trump em 2017, a população nascida no estrangeiro residente nos EUA somava 43,7 milhões de pessoas, isto é, 13,4 % da população total. Os principais países de origem desta categoria populacional eram México (26,5 %), Índia (5,6 %), China (4,9 %) e Filipinas (4,4 %).

A grande maioria dos imigrantes legais havia entrado por motivos de reagrupamento familiar (68 %), enquanto que 12 % havia obtido o estatuto de residente por razões profissionais, e 13 % como refugiados.

Nos EUA, o presidente determina todos os anos o número máximo de admissão de refugiados. Com Trump, os pedidos de asilo aumentaram e as concessões diminuíram. O limite passou de 110 000 em 2017, para 45 000 em 2018 e 30 000 em 2019. É curioso que, para a América Latina, seja fixado um máximo de 3000, quando três quartos do total de pedidos de asilo provêm da América Central. Mas também em 2016, com Obama, acontecia o mesmo. Por outro lado, o número de refugiados admitidos costuma ficar abaixo do número fixado.

Pelo contrário, as expulsões de imigrantes ilegais já instalados no país aumentaram em 2017. De qualquer forma, Trump não consegue expulsar tantos ilegais como Obama, que chegou a deportar mais de 400 000 em 2012, enquanto as expulsões em 2017 foram de 226 000. O que se passa é que a retórica de Trump o converte em xenófobo, enquanto o seu predecessor podia deportar com luva branca. Mas também se deve reconhecer que os EUA concedem a nacionalidade a mais de

700 000 estrangeiros por ano, o que indica que não deixaram de ser um país aberto aos de fora.

Os imigrantes e os seus descendentes têm vindo a alterar a composição étnica dos EUA, mas a população branca não hispânica continua a ser a grande maioria (61,3 %), ainda que a sua percentagem tenda a diminuir. A principal minoria e a de maior crescimento é a de hispânicos e latinos (17,8 %), seguida pelos afro-americanos (13 %) e asiáticos (6 %). Ainda assim, os brancos continuam a ser maioria em todos os estados, excetuando no Hawaii, e a sua percentagem nacional chega a 77 % se se somarem os brancos hispânicos.

Mas estes dados referem-se a residentes legais. Também haveria que ter em conta os imigrantes irregulares, cujo número é incerto por definição. Segundo uma estimativa do Pew Research Center, o número de indocumentados teria baixado de 12,2 milhões em 2007, para 10,7 milhões em 2016, e representariam um quarto da população migrante.

São pessoas que estão a trabalhar, sobretudo na construção civil, agricultura, serviços domésticos e turismo. Trump disse que, por serem trabalhos de baixa qualificação, tiram emprego aos trabalhadores norte-americanos vulneráveis. Mas, num momento em que o país atravessa uma situação de praticamente pleno emprego, não é evidente que concorram com os norte-americanos ou provoquem uma baixa de salários. Mais parece que vieram solucionar uma escassez de mão-de-obra para certos trabalhos menos desejados (ver [“Aceprensa”, 20.12.2016](#)).

I. A.